
**Programas institucionais de assistência aos estudantes no IFNMG/Campus
Januária: contribuições para a permanência estudantil**

**Institutional programs of assistance to students at the IFNMG/Campus
Januária: contributions to student persistence**

**Programas institucionales de ayuda a los estudiantes en el IFNMG/Campus
Januária: contribuciones para la permanencia de los estudiantes**

Cotrim-Guimarães, Iza Manuella Aires¹ (Januária, MG, Brasil)
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1680-886X>
Fidalgo, Fernando Selmar Rocha² (Belo Horizonte, MG, Brasil)
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9412-612X>

Resumo

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado sobre desigualdades sociais, evasão e permanência no Ensino Médio integrado de um Instituto Federal, especialmente aqueles relacionados ao suporte e assistência aos estudantes por meio de programas institucionais com essa finalidade. Para tanto, é delineado o perfil dos estudantes que participaram da pesquisa quanto à relação entre condições socioeconômicas e permanência ou não no curso, e analisados os efeitos de tais programas sobre a permanência dos estudantes. Além disso, considerando o cenário de pandemia, o artigo assinala os programas assistenciais implementados nesse contexto de ensino remoto como possibilidade de inclusão e permanência dos estudantes. Os resultados apontam que a implementação de programas institucionais de assistência aos estudantes é fundamental para que estes possam permanecer no curso, levando-os a persistir na sua conclusão mesmo diante de desafios e dificuldades verificadas, dentre outros aspectos, devido às suas condições socioeconômicas e/ou dificuldades acadêmicas. Também é possível inferir que os programas implementados durante a pandemia têm um peso significativo sobre a permanência dos estudantes, mas ressalta-se que uma análise mais consistente sobre evasão e permanência no ensino remoto deve ser realizada pela instituição a fim de fundamentar e embasar o planejamento das ações de apoio e assistência, inclusive aquelas que, como o auxílio de inclusão digital, podem ser adotadas para além do contexto da pandemia.

Palavras-chave: Evasão escolar. Permanência na escola. Assistência ao estudante.

Abstract:

This article presents part of the results of a doctoral research on social inequalities, dropout and student persistence in Vocational Education integrated to High School of a Federal Institute, especially those related to support and assistance to students through institutional programs. The article presents the profile of students who participated in the research, regarding the relationship between socioeconomic conditions and student persistence. It also analyzes the effects of these programs on the student persistence. Moreover, considering the pandemic scenario, the article identifies the assistance programs implemented in this remote teaching context as a possibility of inclusion and retention of students. The results have pointed out that the implementation of institutional assistance programs to students is fundamental for persistence. These programs have helped students to persist in completing their studies even in the face of challenges and difficulties verified, among other aspects, due to their socioeconomic conditions and/or academic difficulties. It is also possible to infer that the programs implemented during the pandemic are very relevant for the student persistence, but it is necessary for the institution to make a more consistent analysis about dropout and persistence in remote education, in order to plan assistance actions, including those that, such as the digital inclusion aid, can be adopted beyond the context of the pandemic.

Keywords: School dropout. Student Persistence. Assistance to the student.

¹ Professora nos cursos de Licenciatura do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, campus Januária. izacotrim2014@gmail.com

² Professor Titular do Departamento de Administração Escolar (DAE/FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). fernandos@ufmg.br

Resumen

Este artículo presenta parte de los resultados de una investigación doctoral sobre las desigualdades sociales, el abandono y la permanencia en la Educación Profesional integrada a la Escuela Secundaria de un Instituto Federal, especialmente los relacionados con el apoyo y la asistencia a los estudiantes a través de programas institucionales para este fin. Para ello, presentamos el perfil de los alumnos que participaron en la investigación en cuanto a la relación entre las condiciones socioeconómicas y la permanencia en el curso. También analizamos los efectos de estos programas en la permanencia de los estudiantes. Además, considerando el escenario de la pandemia, el artículo identifica los programas de asistencia implementados en este contexto de enseñanza a distancia como una posibilidad de inclusión y permanencia de los estudiantes. Los resultados señalan que la implementación de programas de asistencia institucional para los estudiantes es esencial para que permanezcan en el curso. Estos programas dan apoyo a los estudiantes para que persistan en su conclusión incluso ante los retos y dificultades verificados, entre otros aspectos, por sus condiciones socioeconómicas y/o dificultades académicas. También es posible inferir que los programas implementados durante la pandemia son muy relevantes para la permanencia de los estudiantes, pero es necesario que la institución haga un análisis más consistente sobre la deserción y la permanencia en la educación a distancia para fundamentar y basar la planificación de las acciones de apoyo y asistencia, incluyendo aquellas que, como la ayuda para la inclusión digital, pueden ser adoptadas más allá del contexto de la pandemia.

Palavras-Clave: Abandono escolar. Permanecer en la escuela. Ayuda a los estudiantes.

Introdução

O fenômeno da evasão, tido como um múltiplo e complexo problema (TINTO, 1993; DORE; LÜSCHER, 2011), apresenta diferentes perspectivas e compreensões, especialmente porque transita de forma variada segundo os níveis e tipos de cursos, perfil dos estudantes e das instituições de ensino. Nesse sentido, sua análise requer alguns cuidados, a saber: é importante distinguir as várias formas de evasão (TINTO, 1993), como aquelas indicadas por Dore e Lüscher (2011) como a saída da instituição ou do sistema de ensino, a não conclusão do nível de ensino, o abandono da escola com posterior retorno do estudante e, ainda, situações em que os potenciais estudantes nunca ingressaram em determinados níveis de ensino obrigatórios. Acrescenta-se, ainda, a necessidade de uma sensibilização quanto às características específicas das instituições e como elas afetam o problema da evasão (TINTO, 1993).

A evasão estudantil, de um lado, denota uma diversidade de causas e fatores (individuais, escolares, internos e externos à instituição) que se integram às experiências e trajetórias dos estudantes de forma conjunta e articulada e a partir das vivências e percepções de cada um deles, o que torna a evasão um problema de difícil enfrentamento. Por outro lado, ainda que relacionado aos atributos e vivências individuais dos estudantes, Tinto (1993) verificou que é possível identificar temas comuns e padrões que contribuem para a compreensão desse fenômeno. Estes padrões dizem respeito às experiências de interação e integração dos estudantes na

instituição de ensino e às forças externas que também influenciam seu comportamento na instituição, como as condições socioeconômicas dos estudantes e seus familiares.

O mesmo autor também esclarece que o principal desafio para as instituições, para além da compreensão das complexas causas da evasão, consiste na busca de uma base e estratégias significativas para a permanência dos estudantes. O autor tem dado ênfase às estratégias e programas favoráveis à permanência estudantil, destacando-se o papel das instituições de ensino quanto à mobilização dos recursos e ações necessárias à orientação e suporte dos estudantes (Cf. Tinto, 2002, 2005, 2017, dentre outros). Isso porque, segundo Engstrom e Tinto (2008, p.50), o “acesso sem suporte não é oportunidade”, especialmente para estudantes em situação socioeconômica desfavorável. De fato, ampliação do acesso não significa, necessariamente, igualdade de condições e oportunidades.

No cenário brasileiro, a democratização do acesso às instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é um fenômeno marcante, especialmente a partir da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em dezembro de 2008, quando o número de novos Institutos Federais e seus respectivos *Campi* aumentou de forma muito significativa no País. Conseqüentemente, aumentou também o número de matrículas na Rede, havendo ainda uma diversificação do público atendido desde que foi sancionada a Lei que “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio” (Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012). De acordo com a legislação, 50% das vagas para o Ensino Superior e 50% das vagas para o Ensino Técnico de nível médio serão destinadas aos estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio ou Fundamental (conforme nível do curso almejado) em escolas públicas. Destas vagas, 50% serão destinadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita.

A democratização do acesso nessas instituições tem sido acompanhada do aumento dos índices de evasão escolar, especialmente no Ensino Técnico de nível médio, confirmando que “a evasão na escola média geral ou na modalidade profissionalizante vincula-se ao maior ou ao menor grau de democratização do acesso da população a esse nível de ensino” (LÜSCHER; DORE, 2011, p. 150). Assim, ainda que a ampliação do acesso à escola possa ser considerada como um importante

progresso em direção à igualdade de oportunidades, as desigualdades agora se deslocam para o interior do sistema de ensino (DUBET, 2015), manifestando-se, inclusive, pelo fenômeno da evasão.

Diante desse cenário, e considerando que a evasão estudantil é, sobretudo, uma manifestação das desigualdades sociais na escola, encontra-se em desenvolvimento a pesquisa “Desigualdades sociais, evasão e permanência no Ensino Médio integrado: uma análise sob a perspectiva do processo pedagógico”, do Programa de Doutorado em Educação: conhecimento e inclusão social, da Universidade Federal de Minas Gerais, que apresenta como objetivo analisar a relação entre desigualdades sociais, desigualdades escolares, evasão e permanência no Ensino Médio integrado do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – Campus Januária, considerando a organização do processo pedagógico e suas implicações na decisão do estudante permanecer ou não no curso. Com previsão de defesa para fevereiro de 2022, a pesquisa tem identificado elementos e estratégias muito relevantes para o enfrentamento da evasão, dentre as quais destacamos a contribuição das ações institucionais de assistência e suporte aos estudantes para sua permanência nos cursos.

Ressalta-se que a Rede Federal oferta diversos níveis e tipos de curso, e uma vez que a evasão transita de forma diferenciada em cada um deles, a pesquisa em questão delimitou em sua análise a evasão e permanência de estudantes do Ensino Médio integrado do IFNMG/Campus Januária.

O Ensino Médio integrado é uma das formas de oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio. É oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental e compreende um projeto único e integrado de formação propedêutica e profissional, na mesma instituição de ensino e com matrícula única no curso. Seu projeto formativo é marcado pela dualidade de seus objetivos e organização, contribuindo para confirmar ou acentuar as desigualdades sociais e escolares. De um lado, verifica-se uma formação focada no mercado de trabalho (de forma a atender os interesses do mercado e/ou em conformidade com exames vestibulares e outros processos seletivos), de outro, a possibilidade de uma formação focada nos sujeitos (numa perspectiva de integração entre trabalho, ciência e cultura) (RAMOS, 2005). Seus estudantes, portanto, apresentam múltiplos interesses e perspectivas quanto à formação desse tipo de ensino, o que, por sua vez, se relaciona aos diferentes

percursos, ambientes e condições socioeconômicas dos estudantes e também influencia suas escolhas e trajetória escolar. Esses aspectos conferem certas especificidades ao Ensino Médio integrado, o que demanda uma análise mais particular e profunda quanto à evasão e permanência nesse tipo de curso.

No Campus estudado, os cursos integrados têm apresentado altos índices de evasão, especialmente nos primeiros anos de curso. Nesse caso em particular, a evasão tem se dado, principalmente, pela transferência do estudante para outra instituição de ensino, geralmente com oferta de Ensino Médio regular.

Esse fenômeno em que o estudante transfere para outra escola por razões diversas é denominado por Rumberger e Thomas (2000) como *student mobility*, e quando não está relacionado à mudança de endereço pela família do estudante, a sua transferência pode estar associada à participação, desempenho e engajamento na escola. Nesse caso, trata-se de um tipo específico de evasão escolar: a saída de determinada instituição e desistência da formação profissional, sem que haja, necessariamente, o abandono do nível médio de ensino.

Assim, a pesquisa em questão se caracteriza como um estudo de caso referente ao cenário verificado no IFNMG/Campus Januária quanto à evasão e permanência dos estudantes do Ensino Médio integrado. Para tanto, foi aplicado questionário a estudantes concluintes, evadidos e ainda em curso no Ensino Médio integrado do Campus Januária que ingressaram na instituição no ano letivo de 2016. Participaram dessa etapa os estudantes dos três cursos de Ensino Médio integrado ofertados pelo Campus, a saber: Técnicos em Agropecuária, Informática para Internet e Meio Ambiente. O ingresso em 2016 foi definido como critério para participação na pesquisa porque corresponde ao ciclo de integralização referente ao período de 2016-2018, ou seja, no momento de aplicação do questionário, entre agosto e novembro de 2019, pôde-se identificar: estudantes que evadiram do curso; estudantes que concluíram o curso durante o período regular de integralização; estudantes que, reprovados em uma ou mais séries do curso, permaneceram na instituição e se encontravam matriculados e frequentes durante o período de aplicação do questionário. Além disso, o período estipulado possibilitaria maior sucesso de contato com os estudantes e tamanho da amostra, já que os anos de matrícula e conclusão do curso encontravam-se próximos ao período de aplicação do questionário, mesmo em relação aos estudantes que evadiram ainda no primeiro ano de curso.

Os documentos individuais referentes à matrícula dos estudantes, como questionário socioeconômico e requerimento de matrícula, além dos editais e resultados do processo seletivo para ingresso na instituição e participação em programas assistenciais, também foram consultados. Outros documentos que compõem o processo de discussão e definição de ações relacionadas à evasão e permanência em nível nacional e na instituição foram analisados, como o “Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal”, elaborado em 2014 pelo Ministério da Educação, e o “Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFNMG”.

Em momento posterior, foram realizadas entrevistas com estudantes evadidos e concluintes. Com os primeiros foram realizadas entrevistas individuais; já os estudantes concluintes participaram de um grupo focal.

Os dados analisados permitem identificar alguns importantes achados, especialmente quanto ao perfil dos estudantes mais propensos a evadir. Destacam-se algumas características dos estudantes que compõem esse grupo de risco: baixa renda familiar, Ensino Fundamental cursado em escola pública, estudantes pretos e ter sido retido em pelo menos uma série escolar no Ensino Médio integrado. Verificou-se, ainda, que estudantes beneficiados por programas institucionais de auxílio financeiro e programas de residência estudantil, ainda que apresentem elementos associados ao grupo de risco para evasão, são mais persistentes em direção à conclusão do curso.

Isto posto, este artigo apresenta alguns dos achados da pesquisa, especialmente aqueles relacionados ao suporte e assistência da instituição aos estudantes por meio de programas institucionais com essa finalidade. Esse recorte se justifica, primeiramente, pela relevância atribuída a esse suporte para a permanência dos estudantes, como verificado em Tinto (1993; 2002; 2005; 2017). Este artigo apresenta, portanto, a análise das possíveis contribuições dos programas ofertados pelo IFNMG nesse sentido.

Além disso, esse recorte se justifica por estar diretamente associado ao contexto da pandemia causada pelo Novo Coronavírus (Sars-Cov-2), desde o final de 2019, em todo o mundo. Dentre as medidas impostas para enfrentamento da pandemia, a suspensão das aulas presenciais em todos os níveis de ensino e adoção de atividades remotas têm impactado a relação e integração dos estudantes com

professores, colegas e outros profissionais da educação e reconfigurado outras questões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e à organização do tempo e espaço escolares.

Nesse cenário, o acirramento das desigualdades sociais e escolares tem sido apontado por estudiosos (OLIVEIRA, 2020; PALUDO, 2020; SANTANA et al., 2021) como um problema eminente, especialmente pelas dificuldades de acesso dos estudantes às tecnologias digitais, internet, computadores e outros dispositivos de acesso às atividades remotas. Além disso, a pandemia tem impactado o mercado de trabalho, gerando desemprego e um cenário de instabilidade (MATTEI; HEINEN, 2020) que pode afetar diretamente os estudantes e suas famílias.

Esse novo cenário, portanto, apresenta adversidades que não podem ser negligenciadas pela instituição de ensino, especialmente porque comprometem a permanência do estudante nos cursos. Os programas assistenciais direcionados aos estudantes se apresentam, nesse contexto, como possibilidades para a inclusão e permanência dos estudantes. Por esse motivo, buscou-se, também, conhecer os programas implementados pela instituição a partir de 2020, adaptados ao contexto da pandemia, e o alcance dessas ações institucionais, pelo menos em termos quantitativos.

Evasão e permanência no contexto do Ensino Médio Integrado: o perfil dos estudantes do IFNMG/Campus Januária

A história da Educação Profissional no Brasil é reveladora das desigualdades sociais e escolares, especialmente pela dualidade dos objetivos da escola média geral, destinada à preparação de grupos seletos para o comando e direção social (MANFREDI, 2016), e da escola profissional, destinada à formação da classe trabalhadora.

Nesse cenário, a Educação Profissional Técnica de nível médio, e mais especificamente o Ensino Médio integrado, tem sido marcada pelos constantes embates e tensões que envolvem uma concepção de educação que, segundo Ciavatta (2005, p.85), “está em disputa permanente na história da educação brasileira”. Essa disputa contempla, por um lado, a defesa de uma formação fortemente vinculada às demandas do mercado de trabalho, presente nas diversas reformas que esse nível de ensino tem sofrido ao longo das décadas. De outro, a

defesa por uma formação que, segundo Ramos (2017), desloque do mercado de trabalho o foco da formação de nível médio para colocá-lo sobre os sujeitos de necessidades, de desejos e potencialidades.

Para tanto, a integração entre formação geral e profissional se apresenta como possibilidade de propiciar aos estudantes uma formação para além do saber fazer, para além de uma mera preparação para o mercado. Essa formação tem o trabalho como princípio educativo, que considera o ser humano como produtor de sua própria realidade e, portanto, é ele capaz de transformá-la (CIAVATTA; RAMOS 2012).

Entretanto, ainda que o Ensino Médio integrado se configure numa conquista para a classe trabalhadora brasileira, já que permite avanços quanto à integração entre formação geral e profissional, esses embates, conflitos e interesses adentram à escola de nível médio, reforçando essa dualidade que pode ser verificada na organização do processo pedagógico, nas práticas pedagógicas e em diferentes perspectivas e trajetórias dos estudantes.

É nesse cenário que a evasão escolar se apresenta como uma manifestação das desigualdades sociais, associada à reprovação, retenção e outras práticas excludentes que alcançam, sobretudo, estudantes em condições socioeconômicas e culturais desfavorecidas. A evasão consiste num fenômeno socialmente desigual, que resulta de múltiplos fatores, o que faz com que seja um risco presente em todas as classes sociais, mas em graus muito diferentes (BERNARD, 2016).

Pesquisadores dessa temática têm apontado a relação entre condições socioeconômicas desfavoráveis e evasão escolar, contemplando em suas análises aspectos relacionados ao *background* familiar, acesso ao capital cultural e social, engajamento dos estudantes, dentre outros. Destacam-se, nesse cenário, Rumberger e Thomas (2000), Fiorentinni (2014), Dore e Sales (2017), Gentile e Tacconi (2017), Cotrim-Guimarães e Dore (2018) e Tinto (1993). Este último, apesar de não aprofundar essa relação em seus estudos, concorda que alunos pertencentes às minorias e em condições socioeconômicas desfavoráveis apresentam mais dificuldades para estabelecer vínculos sociais e acadêmicos nas instituições de ensino, bem como para enfrentar as dificuldades acadêmicas.

Verificada essa relação entre condições socioeconômicas, evasão e permanência estudantil, foi delineado um perfil dos estudantes que participaram dessa pesquisa, de forma a identificar a relação entre determinadas características e o risco de evadir. Considerando que ações institucionais de integração e assistência aos estudantes exercem um peso significativo sobre a decisão de permanecer no curso, mesmo diante de alguns desafios e dificuldades, a pesquisa também analisou as implicações dos programas assistenciais do Campus Januária na permanência dos estudantes.

Primeiramente, será apresentado, de forma sucinta, o perfil dos participantes da pesquisa, sendo aqueles que ingressaram no Ensino Médio integrado do Campus no ano letivo de 2016. Ressalta-se que as informações foram levantadas no segundo semestre de 2019, e por isso alguns participantes encontravam-se ainda em curso devido à retenção em alguma série (já que o período regular para integralização do curso era de três anos, ou seja, final de 2018). Estar em curso, apesar do problema da retenção, significa que o estudante tem persistido em direção à conclusão dos estudos.

Conforme levantamento realizado no segundo semestre de 2019, foi identificado que os ingressantes no Ensino Médio integrado no ano letivo de 2016 se encontravam na seguinte situação: dos 191 ingressantes, 109 (57,1%) concluíram o curso em 2018, período regular de integralização. Vinte e quatro estudantes encontravam-se em curso, o que corresponde a 12,5% do total de ingressantes, e 58 estudantes (30,4%) haviam deixado a instituição.

Em relação ao gênero, 96 ingressantes eram do sexo feminino e 95 do sexo masculino. Os homens são maioria no quesito evasão, já que dentre todos os estudantes evadidos, os do sexo masculino compõem 55,2% do grupo e pouco mais da metade dos homens (51,6%) concluiu o curso ainda em 2018. No grupo feminino, 62,5% das mulheres concluíram o curso em 2018.

Quanto à raça ou cor autodeclarada no ato da matrícula, verifica-se que o percentual de estudantes pardos é expressivo na instituição. Dos 191 ingressantes, 124 (64,9%) se autodeclararam pardos; 29 (15,2%) brancos; 26 (13,6%) pretos; 03 (1,6%) indígenas; 02 (1%), amarelos e 07 (3,7%) preferiram não declarar.

Foi ainda verificado que os percentuais de concluintes e evadidos dentre os estudantes autodeclarados brancos e pardos são bastante próximos (58,6% e

59,7% de concluintes; 31% e 28,2% de evadidos, respectivamente). Já dentre os autodeclarados pretos, menos da metade (42,3%) dos ingressantes concluiu o curso no tempo regular para integralização, o que corresponde a um valor significativo de até 17,4 pontos percentuais de diferença, quando comparado aos índices de conclusão dos pardos e brancos. Os índices de evasão desse grupo também são elevados, chegando a 42,3%, quase 10 pontos percentuais acima do índice geral de evasão.

Quanto à tipificação da escola de origem, dentre os estudantes pesquisados que cursaram seu Ensino Fundamental ou pelo menos parte dele em escola privada, 78,8% concluíram o curso no tempo mínimo para integralização, contra 52,5% daqueles oriundos de escolas públicas. Verifica-se, ainda, que a diferença de percentual dos índices de evasão para essas duas categorias é significativa (15,2% e 33,5%, respectivamente).

O requerimento de matrícula disponível nas pastas individuais dos estudantes, único documento apresentado por todos os 191 ingressantes no Ensino Médio integrado do Campus em 2016, não apresenta informações quanto à renda familiar. Todavia, foi possível comparar essa renda por meio das respostas ao questionário aplicado aos participantes, que foi respondido por 83 deles. Do total de estudantes com renda familiar superior a 06 salários mínimos (10 estudantes), 70% concluíram o curso no período de integralização e 30% evadiram. Do total de estudantes que indicaram renda familiar abaixo de 06 salários mínimos (73), 61,6% concluíram o curso em 2018, 23,3% evadiram e 15,1% encontravam-se em curso no ano de 2019.

Uma outra possibilidade de análise considerou a faixa de renda familiar per capita indicada pelos candidatos da modalidade de reserva de vagas no processo seletivo. Ao todo, concorreram nessa modalidade 141 estudantes dentre os 191 que ingressaram em 2016. Para tanto, foi consultada a lista de inscrições homologadas para o processo seletivo em questão, o que permitiu identificar quantos desses 141 concorreram pela modalidade VRRI (renda familiar per capita **inferior** a 1,5 salário mínimo) e quantos pela modalidade VRRS (renda familiar per capita **superior** a 1,5 salário mínimo). Nesta análise não foi possível incluir os que concorreram pela modalidade de ampla concorrência, já que não há nenhuma indicação quanto à renda familiar nas inscrições para o processo seletivo.

A partir dessa análise, verificou-se que dentre os estudantes do grupo VRRS, menos da metade (19 em 46 ou 41,3%) concluiu o curso no período de integralização e, ainda dentre estes estudantes, 47,8% (22 em 46) evadiram do curso. Dentre aqueles do grupo VRRR, o índice de evasão foi de 26,3% (25 estudantes do total de 95) e o de conclusão foi de 60% (57 em 95). Assim como na análise anterior, chama atenção o percentual de evadidos dentre aqueles estudantes com renda superior a 1,5 salário mínimo per capita, o que sugere que, para esse grupo, a transferência para outra instituição parece ter mais atrativos e possibilidades, especialmente quando diante de uma possível reprovação/retenção. Isso porque, como revelou a pesquisa, os índices de evasão **dentre os que sofreram retenção** são altos para ambas as modalidades (VRRR e VRRS), mas dentre os estudantes com renda VRRS, esse percentual (78,3%) é significativamente superior aos dos estudantes VRRR (61,8%) nesta mesma situação.

A partir das respostas ao questionário aplicado na pesquisa, também foi possível comparar a situação dos estudantes em relação ao curso e os agrupamentos de atividades profissionais dos pais e mães. As tabelas 01 e 02 a seguir demonstram essa comparação:

Tabela 01 – Situação atual dos estudantes que responderam ao questionário segundo agrupamentos de atividades profissionais do pai

Agrupamentos de atividades profissionais do pai	Evadiu	Em curso	Concluiu	Total Geral
G1. Funcionários públicos, prof. liberais e de Ensino Superior	23,8%	4,8%	71,4%	100%
G2. Trabalhadores do setor informal e serviços em casa	28,6%	7,1%	64,3%	100%
G3. Atividades agropecuárias	18,8%	12,5%	68,8%	100%
G4. Setor de serviços e indústria	20,0%	20,0%	60,0%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 02 – Situação atual dos estudantes que responderam ao questionário segundo agrupamentos de atividades profissionais da mãe.

Agrupamentos de atividades profissionais da mãe	Evadiu	Em curso	Concluiu	Total Geral
G1. Funcionárias públicas, prof. liberais e de Ensino Superior	19,4%	12,9%	67,7%	100%
G2. Sem trabalho, do lar ou prestação de serviços em casa	25%	8,3%	63,7%	100%
G3. Atividades agropecuárias	0	0	100%	100%
G4. Prestação de serviços domésticos, setor de comércio e outros serviços	34,8%	17,4%	47,8%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tanto em relação às atividades profissionais dos pais quanto das mães, verifica-se que os(as) filhos(as) daqueles que exercem atividades no setor de serviços apresentaram os menores índices de conclusão de curso no período regular para integralização. Os índices de evasão são maiores dentre os estudantes cujos pais atuam no setor informal ou em casa e cujas mães atuam no setor de serviços ou em trabalhos domésticos.

A situação dos estudantes cujos pais e mães atuam no serviço público ou como profissionais liberais indicam um melhor cenário quando comparado aos demais, com exceção daqueles que atuam na agropecuária. Foi verificado que as maiores faixas de renda também são encontradas, principalmente, nas famílias cujas mães atuam no serviço público. Esses dados sugerem que os agrupamentos familiares em que pais e mães exercem atividades mais rentáveis e com maior estabilidade apresentam melhores chances de se concluir o curso na instituição. Chamou atenção, nessa análise, os índices significativos de estudantes concluintes dentre aqueles cujos pais e/ou mães atuam na agropecuária (68,8% e 100%, respectivamente). A análise das entrevistas realizadas pela pesquisa sugere que a identificação com o curso e o apoio familiar são elementos que, nesse grupo específico, têm contribuído para a permanência e êxito dos estudantes.

O estudo também verificou que, quanto maior o nível de escolaridade dos pais e mães, maiores são as chances de se concluir o curso. Verificou-se, ainda, que as mães apresentam níveis de escolaridade melhores que os pais, já que 67,3% delas concluíram o Ensino Médio e 34,2% prosseguiram para o Ensino Superior, com 19,3% de pós-graduadas. Dentre os pais, apenas 38,3% concluíram o Ensino Médio e 14,5% prosseguiram para o Ensino Superior, com apenas 5,9% de pós-graduados.

Em relação à residência de origem, do total de 191 ingressantes nos cursos integrados em 2016, 57,6% residiam na zona urbana de Januária; 29,3% em outros municípios do Norte de Minas, também na zona urbana e 12,1% residiam na zona rural de Januária e região. Uma análise comparativa entre as variáveis “residência de origem” dos estudantes e “situação atual” no curso demonstrou que o índice de conclusão de curso dentre os que têm residência fixa em outros municípios é maior que os dos residentes em Januária ou na zona rural, bem como é menor o índice de evasão destes primeiros em relação aos demais. Essa situação pode ser explicada

pela adesão dos estudantes não residentes na zona urbana de Januária ao Programa de Moradia Estudantil (regime residencial), como será discutido logo adiante.

Apresentado esse breve perfil dos estudantes que participaram da pesquisa, pôde-se verificar, portanto, que algumas características e elementos dos grupos familiares dos estudantes, relacionados principalmente às condições socioeconômicas, compõem o grupo de risco para a evasão. Entretanto, a pesquisa analisou diferentes cruzamentos entre tais elementos e também entre eles e as principais ações institucionais que poderiam ter algum impacto sobre a decisão do estudante permanecer no curso ou não. Dessa forma, buscou-se verificar como os programas assistenciais organizados pela instituição, diretamente associados às condições socioeconômicas e residência de origem, têm contribuído para que os estudantes persistam no curso.

Contribuições dos programas institucionais de assistência aos estudantes para a permanência estudantil no IFNMG/Campus Januária

A Política de Assistência Estudantil do IFNMG foi implementada segundo os princípios do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e tem como prioridade de atendimento os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dentre os programas contemplados, destacam-se o Programa de Moradia Estudantil e o Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes, dentre outros relacionados à segurança alimentar e acompanhamento nutricional, à inclusão dos estudantes com necessidades específicas, fomento às artes, cultura, esporte, atenção à saúde, inclusão digital, dentre outros. A pesquisa de doutorado em questão analisou os impactos dos dois primeiros programas para a permanência dos estudantes no Campus estudado.

O IFNMG/Campus Januária recebe estudantes de várias cidades do seu entorno e também da zona rural de Januária e região. Parte deles é selecionada para participar dos programas de regimes residencial e semirresidencial, enquanto outros precisam se manter em repúblicas, pensionatos ou casas de parentes na cidade. A seleção dos estudantes para ingresso nesses regimes, exclusivos para estudantes do Ensino Médio integrado, se dá através de análise da situação socioeconômica do estudante e seu grupo familiar, sendo contemplados pelos regimes aqueles com maior vulnerabilidade social e necessidade do benefício. As vagas são distribuídas pelos

três cursos integrados considerando-se a mesma proporção de vagas disponíveis no processo seletivo.

O regime residencial (anteriormente denominado de internato) é destinado aos estudantes do sexo masculino, residentes em outros municípios ou na zona rural de Januária, desde que a uma distância mínima de 9km da sede do Campus. Não foi encontrada nenhuma justificativa formal, por parte da instituição, sobre essa restrição. Em consulta ao Diretor do Departamento de Assistência ao Educando e Apoio à Educação do Campus Januária, foi confirmado que, desde os primórdios da instituição, apenas estudantes do sexo masculino têm tido acesso ao regime residencial. Há uma demanda para atendimento às estudantes do sexo feminino, mas não há estrutura física nem de pessoal para acolhimento desse pleito. Entretanto, essa possibilidade encontra-se em discussão no IFNMG.

Já o regime semirresidencial disponível no Campus Januária é aquele em que os estudantes, de ambos os sexos, usufruem de alimentação e espaços de convivência (como os vestiários) durante o horário regular das aulas e outras atividades. Para participar de qualquer um dos regimes, os estudantes devem ter idade inferior a 18 anos. Dos 191 ingressantes em 2016, 27 deles (14,1%) eram residentes (internos) na instituição pelo regime de residência estudantil, sendo todos eles do sexo masculino, e 61(32%) estudantes usufruíram do regime de semirresidência, sendo 36 mulheres e 25 homens.

Numa análise relacional entre as variáveis “residência de origem”, “regimes residenciais” e “situação no curso” (Ver Tabela 03), verifica-se que, dentre os residentes na zona urbana de Januária, o índice de evasão é consideravelmente maior dentre aqueles que **não são** beneficiados pelos regimes residenciais. O mesmo pode ser verificado dentre os estudantes com residência na zona rural, seja de Januária ou de outro município. Essa diferença é ainda maior dentre os estudantes oriundos da zona urbana de outros municípios: neste caso, a participação nos regimes residenciais, mesmo o semirresidencial, encontra-se fortemente associada à permanência do estudante no curso.

Tabela 03 – Relação entre residência de origem, participação em regimes residenciais e situação no curso dos ingressantes nos cursos integrados do IFNMG/Campus Januária em 2016

Residência de origem/Regime residencial	Em curso	Concluiu o curso	Evadiu	Total
Januária	15,5%	54,5%	30,0%	100%
Semirresidente	23,5%	55,9%	20,6%	100%
Não residente/semi	11,8%	53,9%	34,3%	100%
Outro município mineiro	7,1%	66,1%	26,8%	100%
Residente	13%	74%	13%	100%
Semirresidente	0	93,8%	6,2%	100%
Não residente/semi	5,9%	29,4%	64,7%	100%
Reserva indígena	0	0	100%	100%
Não residente/semi	0,0%	0,0%	100,0%	100%
Zona rural	13%	52,2%	34,8%	100%
Residente	50%	50%	0	100%
Semirresidente	00	63,6%	36,4%	100%
Não residente/semi	12,5%	37,5%	50%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Um outro cenário analisado se refere à relação entre repetência e participação nos regimes residenciais. Considerando que a repetência está fortemente associada à evasão escolar, sabe-se, porém, que este fator não pode ser analisado de forma isolada e determinista, ou seja, outros aspectos podem contribuir para a permanência dos estudantes no curso, ainda que tenham sofrido repetência. No caso dos regimes residenciais, observa-se que, dentre os estudantes repetentes, 54,2% dos que são beneficiados por estes regimes permanecem em curso. Já dentre os repetentes não beneficiados pelos programas, apenas 25% permanecem em curso, ou seja, tem-se como índice de evasão para esse grupo 75%, contra 45,8% de evadidos dentre os que sofreram retenção e são beneficiados pelos regimes.

Considerando cada regime separadamente, tem-se que para os estudantes que sofreram repetência, dentre aqueles que eram residentes, 62,5% permaneceram no curso e 37,5% evadiram. Dentre os semirresidentes que sofreram repetência, 50% ainda estavam em curso no momento de aplicação do questionário e a outra metade evadiu. Os dados apresentados, portanto, confirmam que estudantes beneficiados pelos regimes residenciais tendem a persistir em relação à conclusão do curso.

Outra importante ação institucional implementada pelo IFNMG consiste no Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes, “destinado aos estudantes regularmente matriculados em cursos regulares, na modalidade presencial de nível

técnico profissionalizante ou de graduação do IFNMG, no Campus Januária, prioritariamente, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, visando à oferta de auxílios: alimentação, moradia, permanência, transporte” (IFNMG/CAMPUS Januária, 2016, p. 01). O valor mensal dos auxílios variava entre R\$120,00 e R\$400,00, conforme tipo de auxílio³ e com duração de 10 meses (parcelas). O estudante em regime residencial não podia ser beneficiado com os auxílios vinculados ao programa e o estudante em regime semirresidencial não podia se inscrever para os auxílios alimentação, permanência e moradia, a não ser que, para este último, fosse verificado que o estudante não possuía vínculos familiares na cidade do Campus. Os estudantes que fizeram jus ao benefício em determinado ano deveriam se inscrever num processo específico para renovação nos anos seguintes.

Em 2018, o programa foi reformulado e, desde então, os auxílios não são mais concedidos conforme destinação do recurso (moradia, transporte, etc), mas segundo estados de vulnerabilidade, a saber: Permanência I (no valor de R\$430,00, aos estudantes em maior estado de vulnerabilidade socioeconômica); Permanência II (no valor de R\$180,00, aos estudantes com vulnerabilidade considerada parcialmente insuficiente) e Permanência III (no valor de R\$150,00, aos estudantes com vulnerabilidade razoável). Desde 2020 os estudantes residentes podem concorrer ao Auxílio Permanência III e em todos os editais analisados (2016 a 2020) verifica-se uma reserva de 5% do quantitativo de auxílios preenchidos em cada modalidade para estudantes com necessidades específicas.

Considerando o conjunto de estudantes participantes da pesquisa que se beneficiaram pelo programa em questão, tem-se que apenas 11,1% deles evadiram do curso até novembro de 2019, 22,2% dos estudantes beneficiados pelo programa ainda estavam cursando o Ensino Médio integrado no final de 2019 e 66,7% concluíram o curso no período regular de integralização. Em comparação com estudantes não beneficiados pelo programa, tem-se que 42% evadiram, 6,7% estavam ainda em curso no ano de 2019 e 51,3% concluíram.

Numa nova perspectiva, procedeu-se à comparação entre a situação dos estudantes que responderam ao questionário, beneficiados ou não pela assistência estudantil, tendo como variável dependente os agrupamentos das atividades profissionais dos pais e das mães. Uma vez que o cruzamento das informações das

³ Auxílio Permanência: R\$400,00; Auxílio moradia: R\$150,00; Auxílio Transporte: R\$120,00 e Auxílio Alimentação: R\$150,00.

atividades exercidas pelos pais e pelas mães geraria uma expressiva quantidade de combinações e, conseqüentemente, numerosas categorias de agrupamento, optou-se por manter a análise em separado para os dois grupos. A Tabela 04 demonstra essa comparação:

Tabela 04 – Comparação entre a situação dos estudantes beneficiados ou não pelo Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes, segundo agrupamento das atividades profissionais dos pais e mães

Agrupamentos das atividades profissionais	Beneficiados			Não beneficiados		
	Evadiu	Em curso	Concluiu	Evadiu	Em curso	Concluiu
Agrupamentos de atividades profissionais do pai	-	-	-	-	-	-
G1. Funcionários públicos, prof. Liberais e de Ensino Superior	0	0	100%	27,8%	5,6%	66,7%
G2. Trabalhadores do setor informal e serviços em casa	0	12,5%	87,5%	66,7%	0	33,3%
G3. Atividades agropecuárias	0	28,6%	71,4%	33,3%	0	66,7%
G4. Setor de serviços e indústria	12,5%	25%	62,5%	25%	16,7%	58,3%
Agrupamentos de atividades profissionais da mãe	-	-	-	-	-	-
G1. Funcionárias públicas, prof. Liberais e de Ensino Superior	0	14,3%	85,7%	25%	12,5%	62,5%
G2. Sem trabalho, do lar ou prestação de serviços em casa	0	15,4%	84,6%	54,5%	0	45,5%
G3. Atividades agropecuárias	0	0	100%	0	0	100%
G4. Prestação de serviços domésticos, no comércio e outros	12,5%	50%	37,5%	46,7%	0	53,3%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os índices de conclusão de curso são melhores dentre aqueles estudantes beneficiados pelas bolsas de assistência estudantil, mas também fica evidente que, para os estudantes cujos pais atuam profissionalmente naquelas atividades com melhores salários e maior estabilidade, o impacto da ausência dessas bolsas parece ser menor. Isso porque, conforme verificado na Tabela 04, ainda que esses percentuais de conclusão e estudantes em curso sejam reduzidos para estudantes sem bolsa, eles ainda são maiores nestes agrupamentos do que nos demais.

Para aqueles agrupamentos relacionados ao setor informal e de serviços, os índices de evasão são significativamente superiores aos das demais categorias, inclusive quando levados em consideração apenas os beneficiados pelo programa.

Confirma-se, nestes casos, a relevância do programa para a permanência dos estudantes que compõem esses grupos.

Chama atenção o cenário verificado dentre os estudantes cujas mães compõem o “Grupo 4 – Prestação de serviços domésticos, no comércio e outros”: os índices de conclusão são maiores para os estudantes deste grupo que não foram beneficiados pelo programa. Entretanto, o percentual de evasão é quase quatro vezes maior para este mesmo grupo de não beneficiados, o que torna esse quadro mais preocupante que aquele apresentado pelos estudantes beneficiados pela “assistência”. Para aqueles beneficiados, o percentual de 50% de estudantes ainda em curso no final de 2019 sugere uma certa persistência em direção à conclusão, ainda que às custas de um alto índice de retenção.

A maioria dos agrupamentos apresenta consideráveis índices de estudantes em curso, o que também sugere uma influência positiva do Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes para a persistência dos estudantes quanto à conclusão do curso.

Os dados apresentados, portanto, confirmam a relevância das ações institucionais de assistência aos educandos para que estes permaneçam no curso. Confirma-se o que Tinto (2002, 2005, 2017) tem ressaltado quanto à relação positiva entre suporte institucional e formação de um senso de comunidade e identidade social e acadêmica pelos estudantes e sua permanência nos cursos.

Considerando agora o cenário vivenciado pela instituição devido à pandemia do Novo Coronavírus (Sars-CoV-2); considerando a suspensão das atividades presenciais e, portanto, dos regimes residenciais e semirresidenciais na instituição; e considerando as necessidades de parte dos estudantes quanto à aquisição de recursos e insumos tecnológicos para participação efetiva nas atividades remotas, será apresentado a partir de agora um panorama das ações institucionais desenvolvidas pelo IFNMG/Campus Januária que podem contribuir para a permanência dos estudantes no curso, ainda que em tempos de pandemia e ensino remoto.

Ações institucionais de assistência aos estudantes: um panorama das ações realizadas pelo IFNMG/Campus Januária em tempos de pandemia

Desde a suspensão das aulas presenciais, em março de 2020, o IFNMG tem discutido e organizado novas estratégias para o ensino remoto na instituição. Para além das questões diretamente relacionadas à reorganização do espaço e tempo escolares e à implementação de novas metodologias de ensino e aprendizagem, a instituição tem possibilitado, especialmente a estudantes em situação de vulnerabilidade, o suporte e apoio necessários à participação e acompanhamento das atividades escolares/acadêmicas.

Nesse contexto, a instituição manteve ativo seu Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes, contemplando todos os cursos regulares ofertados. Segundo informações repassadas pela profissional Assistente Social do Departamento de Assistência ao Educando do Campus Januária, no ano letivo de 2020, 343 estudantes dos diversos cursos de Ensino Técnico e Ensino superior do Campus contaram com a renovação do auxílio permanência, sendo: 109 auxílios tipo I (R\$ 430,00); 147 auxílios tipo II (R\$ 180,00) e 87 auxílios tipo III (R\$ 150,00). No mesmo ano, o Campus concedeu o auxílio permanência para mais 210 estudantes, sendo: 60 auxílios tipo I (R\$ 430,00); 90 auxílios tipo II (R\$ 180,00) e 60 auxílios tipo III (R\$ 150,00). Segundo informações do pesquisador institucional do Campus, em 2020 havia 2718 estudantes matriculados no Campus, nos diversos cursos ofertados. Considerando que, neste mesmo ano, o total de estudantes contemplados pelo programa auxílio permanência foi de 553, temos então que 20,3% dos matriculados foram beneficiados pelo auxílio.

Ainda em 2020, o IFNMG publicou edital para concessão de auxílio emergencial aos estudantes de 10 dos seus 11 *Campi*. O auxílio emergencial é uma modalidade prevista na Política de Assistência Estudantil do IFNMG, que neste caso está direcionado aos estudantes que tiveram a sua situação agravada pela pandemia.

Ao contrário dos demais *Campi*, o Campus Januária já havia adiantado a implementação do edital de auxílio permanência naquele mesmo ano, e por isso não houve abertura de edital para auxílio emergencial neste Campus em questão.

Entretanto, o Campus disponibilizou, em 2020, auxílio emergencial a 28 estudantes em situação vulnerável, a partir de avaliação realizada pela profissional Assistente Social. Neste caso, o benefício estava isento de chamada pública e estava amparado pelo Decreto Federal nº 7234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional

de Assistência Estudantil (PNAES). Nos casos em questão, as solicitações foram espontâneas, em sua maioria, e contemplaram situações de vulnerabilidade iminente, como desemprego ou morte do pai ou mãe ou responsável pelo estudante.

Para o ano letivo de 2021, que no Campus Januária teve seu início em junho de 2021, o Campus publicou, em 17 de junho desse mesmo ano, edital de renovação dos auxílios já concedidos, dessa vez reajustados para os seguintes valores: Permanência I, de R\$ 430,00 para R\$ 350,00; Permanência II, de R\$ 180,00 para R\$ 160,00; e Permanência III, de R\$ 150,00 para R\$ 130,00. Esse reajuste equiparou os valores dos diferentes tipos de auxílio permanência aos valores do auxílio emergencial.

Além da renovação dos auxílios permanência, o Campus Januária publicou o edital nº 147, de 22 de julho de 2021, disponibilizando três diferentes tipos de auxílio emergencial, conforme gravidade da situação de vulnerabilidade: I, no valor de R\$ 350,00; II, no valor de R\$ 160,00 e III, no valor de R\$ 130,00. Uma vez implementada a modalidade de auxílio emergencial, não serão disponibilizadas no Campus Januária, em 2021, novas vagas para a modalidade de auxílio permanência. Aqueles que já foram contemplados por este último, portanto, deverão providenciar sua renovação.

Voltando em 2020, também foi implementado no IFNMG o programa de auxílio de inclusão digital, com a finalidade de possibilitar aos estudantes dos cursos regulares presenciais o acesso à internet durante as atividades escolares e acadêmicas não-presenciais. O Campus Januária forneceu o auxílio em questão, no valor mensal de R\$ 70,00 a 383 estudantes dos diversos cursos ofertados pelo Campus. Além disso, os estudantes contemplados contaram com um valor extra de R\$ 100,00, acrescido à primeira parcela de R\$ 70,00, a fim de custear a taxa de instalação do serviço. Em 2021 o Campus publicou edital para que os estudantes contemplados no ano anterior pudessem renovar o auxílio de inclusão digital.

Outra ação desenvolvida pelo Campus com a finalidade de amenizar as dificuldades impostas aos estudantes pelo cenário de pandemia se refere ao empréstimo de *tablets*, durante todo o período de atividades remotas, aos estudantes matriculados nos cursos regulares presenciais. Os estudantes foram identificados a partir de demanda espontânea, que por sua vez foi analisada por uma comissão específica para tal ação. Ao todo foram disponibilizados 769 dispositivos aos estudantes do Campus. Também foram disponibilizados 336 *chips* de celular com

acesso à internet móvel para estudantes que se inscreveram em qualquer um dos programas de auxílio ofertados pelo Campus, inclusive o de auxílio de inclusão digital. Essa iniciativa é uma ação do Programa do Ministério da Educação “Alunos Conectados”.

Em virtude da pandemia, foram ainda disponibilizados kits de alimentos aos estudantes, por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com autorização do Governo Federal. Ao todo o Campus beneficiou 230 estudantes com a entrega de kits. Ao contrário das demais ações, esta foi direcionada apenas aos estudantes dos cursos técnicos de nível médio do Campus.

Considerações finais

Este artigo apresentou alguns dos resultados já verificados pela pesquisa de doutorado “Desigualdades sociais, evasão e permanência no Ensino Médio integrado: uma análise sob a perspectiva do processo pedagógico”. A discussão apresentada se refere, especificamente, ao perfil socioeconômico dos estudantes desse tipo de ensino no IFNMG/Campus Januária que são mais propensos a evadir e às contribuições dos programas de assistência e apoio aos estudantes para sua permanência nos cursos.

Verifica-se uma relação entre certas características associadas às condições socioeconômicas dos estudantes e maior probabilidade de evadir. Mas essa relação não se dá de forma linear e determinista. Pelo contrário, a pesquisa tem demonstrado que, além de outras ações não discutidas aqui, a implementação de programas institucionais de assistência aos estudantes é fundamental para que possam permanecer no curso, levando-os a persistir na conclusão do curso mesmo diante de desafios e dificuldades verificadas, dentre outros aspectos, devido às suas condições socioeconômicas e/ou dificuldades acadêmicas.

Assim, as ações desses programas de cunho institucional agem diretamente sobre as particularidades, as percepções e perspectivas individuais dos estudantes. Ainda que vários deles apresentem diferentes perspectivas quanto à possibilidade de evadir, um determinado programa ou ação institucional pode agir positivamente sobre esses estudantes, criando condições propícias para sua permanência.

Entretanto, esses programas ainda não contemplam todos aqueles estudantes que dependem, em parte, dessa assistência para continuar na instituição. É o caso, por exemplo, do Programa de Moradia Estudantil, que é voltado apenas ao público masculino do Ensino Médio integrado. Não há na instituição um programa como esse para estudantes do Ensino Superior e mesmo para o público feminino do Ensino integrado. Quanto ao auxílio permanência, verificou-se que apenas 72 (37,7%) dos 191 ingressantes nos Cursos integrados em 2016 foram beneficiados por ele. Se forem subtraídos os 27 alunos (14,1%) ingressantes em 2016 contemplados pela residência estudantil (e, portanto, sem direito a receber auxílio financeiro, segundo regulamento vigente à época), ainda assim o índice de estudantes não contemplados (92 alunos) pelo Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes permanece expressivo: 56,1%.

Uma vez que, no contexto da pandemia causada pelo Novo Coronavírus (Sars-CoV-2), tais programas foram continuados e/ou reformulados, além de novos programas implementados a partir da adoção do ensino remoto, buscou-se identificar, neste artigo, os principais programas implementados nesse novo cenário. Entretanto, não foi possível avaliar o impacto desses programas para a permanência estudantil durante o ensino remoto. Isso porque o ano letivo de 2020 se encerrou muito recentemente, em junho de 2021, bem como o IFNMG ainda não retomou as atividades presenciais e ainda não há previsão para isso. Portanto, não foi ainda realizada nenhuma análise ou levantamento dos índices de evasão estudantil desde o início das atividades remotas até o momento final da elaboração deste artigo.

Por outro lado, uma vez verificado que as ações institucionais desenvolvidas pelo Campus para assistência e apoio aos estudantes têm um peso significativo sobre as escolhas e trajetórias escolares/acadêmicas, especialmente quanto à sua permanência no curso, esses resultados permitem inferir que no contexto da pandemia as ações institucionais adotadas pela instituição também podem contribuir significativamente para a permanência dos estudantes no curso.

É muito importante que essa avaliação seja feita pela instituição tão logo seja possível. Essa análise é necessária porque os dados e informações que serão gerados poderão fundamentar o planejamento e embasar outras ações similares na instituição. Por exemplo, o auxílio de inclusão digital, que foi uma medida tomada para possibilitar a participação dos estudantes nas atividades remotas, já é uma ação

prevista no Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFNMG e não pode se restringir ao contexto da pandemia e atividades remotas. Isso porque a demanda por recursos e dispositivos tecnológicos já existia antes da pandemia. Claro que essa demanda aumentou consideravelmente durante esse novo cenário, mas a utilização desses recursos, de ferramentas e aplicativos digitais já era uma realidade no processo de ensino-aprendizagem, que foi intensificada durante as atividades remotas e tem grandes chances de compor as práticas pedagógicas com mais constância daqui em diante.

Referências Bibliográficas

BERNARD, Pierre Yves. **Les inégalités sociales de décrochage scolaire**. Paris: Cnesco, 2016.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005, p.83-105.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 49, p. 11-37, jan/abr. 2012.

COTRIM-GUIMARÃES, Iza Manuella Aires; DORE, Rosemary. Evasão escolar no Ensino Médio integrado e condições socioeconômicas dos estudantes: um estudo de caso. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 2018, São Luís (MA). **Anais do V Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar**. São Luís (MA): IFMA, v.1, p. 263-284.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.41, n.144, p. 772 – 789, set/dez 2011.

DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira. Origem social dos estudantes como contraponto à evasão e à permanência escolar nos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional. In: DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira; SILVA, Carlos Eduardo Guerra (Orgs.). **Educação Profissional e evasão escolar: contextos e perspectivas**. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017, p. 113- 134.

DUBET, François. Qual democratização do Ensino Superior? **Caderno CRH**, v. 28, n. 74, p. 255-65 mai./ago. 2015.

ENGSTROM, Cathy. TINTO, Vincent. Access without Support Is Not Opportunity. **Change**, v. 40, n. 1, p. 46-50, jan/fev. 2008.

FIORENTINI, Riccardo. Crescimento econômico e educação: o papel das desigualdades sociais. In: DORE, Rosemary, ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014, p. 21-56.

GENTILE, Maurizio; TACCONI, Giuseppe. Early School Leaving: in search of measurements and educational policies. In: DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira; SILVA, Carlos Eduardo Guerra (Orgs.). **Educação Profissional e evasão escolar: contextos e perspectivas**. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017, p. 257-294.

INSTITUTO FEDERAL DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS/CAMPUS JANUÁRIA (IFNMG/CAMPUS JANUÁRIA). **Editais nº 44, de 30 de março de 2016**. Disponível em: [;http://ifnmg.edu.br/assist-estudantil-jan/editais](http://ifnmg.edu.br/assist-estudantil-jan/editais)> Acesso em: 19 nov. 2019.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2016.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loiblein. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Revista de Economia política**, v.40, n.04, p.647-668, out/dez.,2020.

OLIVEIRA, Michelly Queiroga de. "Docência na Educação Básica em tempos de pandemia: ações, estratégias pedagógicas e desafios enfrentados no ano letivo de 2020 da Escola Integral Professora Ana Cristina Rolim Machado." **Research, Society and Development** 9, no. 12 (2020).

PALUDO, Elias Festa. Os desafios da docência em tempos de pandemia. **Em Tese**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 44-53, jul/dez., 2020.

SANTANA, Wilder Kleber Fernandes, et al. Distanciamento social e a docência universitária em meio à pandemia de Covid-19: implicações e benefícios. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)**, v. 8, n. 4; Abr, 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: Possibilidades e desafios. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005, p.106-127.

_____. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Disponível em:< [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao do ensino medio integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao%20do%20ensino%20medio%20integrado5.pdf)> Acesso em 23 jun 2017.

RUMBERGER, Russell W.; THOMAS, Scott L. The distribution of dropout and turnover rates among urban and suburban high schools. **Sociology of Education**, v.73, p. 39-67, Jan. 2000.

TINTO, Vincent. **Leaving College: rethinking the causes and cures of student attrition**. 2 ed. Chicago, USA: The University of Chicago Press, 1993.

_____. Enhancing Student Persistence: Connecting the Dots. In: **Conference Optimizing the Nation's Investment: Persistence and Success in Postsecondary Education**, oct. 2002, University of Wisconsin, Madison, Wisconsin.

_____. Student Retention: What Next? In: **National Conference on Student Recruitment, Marketing, and Retention**, Washington, D.C., July 27-3, 2005.

_____. Reflections on Student Persistence. **Student Success**, v.01, n. 02, p. 01-08, jul. 2017.

Iza Manuella Aires Cotrim-Guimarães

Januária, Minas Gerais, Brasil

Graduada em Pedagogia pela Unimontes. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação, da UFMG. É especialista em Docência para a Educação Profissional e Mestre em Saúde Pública com ênfase na Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz. Tem formação pedagógica pelas Universidades de ciências aplicadas de Tampere e de Häme, ambas na Finlândia. Atualmente é professora nos cursos de Licenciatura do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, campus Januária, onde já atuou como Coordenadora Institucional e Coordenadora de Gestão de Processos Educacionais no Programa Institucional de Bolsa Iniciação à Docência - Pibid. Também atuou como Diretora do Departamento de Ensino Técnico no IFNMG/Campus Januária e como coordenadora dos cursos de Formação de professores (Licenciaturas em Ciências Biológicas, Física e Matemática). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Profissional, Gestão do Trabalho em Saúde e Educação na Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação profissional, currículo integrado, evasão e permanência, metodologias ativas e educação permanente em saúde.

E-mail: izacotrim2014@gmail.com

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8733940969978699>

Fernando Selmar Rocha Fidalgo

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Professor Titular do Departamento de Administração Escolar (DAE/FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Mestre em Educação pela UFMG e Pedagogo pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Vice-coordenador do Grupo de Pesquisa "Observatório Nacional do Sistema Prisional (ONASP)", Coordenou o Programa de Capacitação dos Servidores do Sistema Prisional (CASSP) e o Núcleo de Pesquisas em Educação a Distância (CAED-UFMG). É membro do Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMG - orientando mestrados e doutorados, e do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação. Criador e Co-editor da Revista Trabalho & Educação. Editor-adjunto da Educação em Revista da UFMG. Foi Diretor de Educação a Distância da UFMG (2010-2014). Foi pesquisador visitante no Institut de Recherches Economiques et Sociales (1996-1998). Realizou residência Pós-doutoral na Université Paris X (2003-2004) e, também, na Universidade do Porto (2009-2010). Bolsista de Produtividade do CNPq.

E-Mail: fernandos@ufmg.br

Link Do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4999497203716488>

Recebimento: 27/08/2021

Aprovação: 20/09/2021



Q.Code

Editores-Responsáveis

Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil

Dr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França